

**PExt no HABEAS CORPUS Nº 495.153 - RJ (2019/0054537-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**REQUERENTE : GLAUBER FRANCISCO PEREIRA**  
**REQUERENTE : EVANDRO VIEIRA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : RICARDO BARBOSA MENDONÇA - RJ156699**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**IMPETRANTE : RAMON COUTINHO PINTO**  
**ADVOGADO : RAMON COUTINHO PINTO - RJ0172701**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : DIEGO LEAL PERES (PRESO)**  
**PACIENTE : RODRIGO NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)**

**DECISÃO**

**EVANDRO VIEIRA DOS SANTOS**, por meio da petição de fl. 284, pede a extensão do acórdão que concedeu a ordem (fls. 266-273), a fim de responder ao processo em liberdade.

**Decido.**

Verifico a possibilidade de, em liminar, **estender ao requerente os efeitos** do acórdão de fls. 266-273, pois também em relação a ele o Juízo de primeiro grau **deixou de evidenciar, satisfatoriamente, a insuficiência de outras medidas menos gravosas que a prisão preventiva.**

O Juízo de primeiro grau assim fundamentou a decretação da medida extrema:

O Juízo singular, ao converter o flagrante em custódia preventiva, mencionou as seguintes circunstâncias:

Trata-se de representação pela prisão preventiva dos indiciados e busca e apreensão nos endereços informados, relativo ao IP 951-00858/2018 (MPRJ 2018.01199841), o qual apura roubo de cargas de dois caminhões da empresa Frigoríficos Frigasso por criminosos da comunidade Lodial, na cidade de São Gonçalo. **Segundo as**

**investigações, policiais militares do 7º BPM, supostamente, teriam se apossado das mercadorias que estavam nos caminhões da empresa e desviado em proveito próprio. Após as diligências, os policiais militares envolvidos foram identificados e preenchidos os requisitos, o Ilmo. Delegado de Polícia representou pela prisão preventiva dos investigados e pela expedição de mandados de busca e apreensão a fim de sejam localizados instrumentos relacionados com as infrações ora apuradas. Diante disso, o Ministério Público opinou favoravelmente ao pedido formulado pelo Delegado de Polícia, ressaltando o evidente periculum libertatis: considerando que os indiciados, no exercício da função, instrumentalizaram a própria PMERJ para a prática de crimes'. Este é o breve relatório. Passo a decidir.**

Compulsando-se as peças que instruem a presente representação, pode-se depreender que, em que pese o princípio constitucional da inocência (ou da não-culpabilidade), a custódia cautelar dos ora indiciados, ao menos neste momento processual, faz-se imprescindível à instrução criminal, já que evidentes o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, **destacando-se as imagens das cameras instaladas em vias públicas pelas quais trafegaram os caminhões roubados e as viaturas com os policiais militares**, que supostamente desviaram as mercadorias, sendo a custódia cautelar fundamental por conveniência da instrução criminal, a qual ainda se iniciará, sendo certo que, uma vez em liberdade, poderão os indiciados tomar providências no sentido de inviabilizar a produção probatória em sede judicial, por meio de intimidação de testemunhas, podendo incutir-lhe medo, ocultação de outros envolvidos ou de mercadorias que ainda possam vir a ser localizadas, refreando a atuação judicial e, por conseguinte, eventual aplicação da lei penal militar. Outrossim, eventual liberdade dos indiciados neste momento traria ainda mais descrédito, inclusive ao Poder Judiciário, devendo a custódia cautelar ser decretada também para a garantia da ordem pública, sendo necessário preservar a sociedade contra o prosseguimento desse tipo de conduta delituosa, especialmente porque os fatos imputados denotam a prática de crimes graves, principalmente porque praticados por policiais militares, supostamente agindo em conduta idêntica, ou mesmo ainda pior, à dos marginais que têm obrigação legal de

combater. Ressalte-se, **os policiais militares em tela, supostamente, desviaram produtos alimentícios, conduta que tem sido combatida por meio das principais medidas da atual política de segurança pública em razão dos enormes prejuízos que vem ocasionando tanto aos proprietários das mercadorias quanto à população carioca.** Deste modo, evidente a necessidade de assegurar a ordem pública por meio da presente segregação cautelar, renovando a esperança da sociedade na Polícia Militar e desestimulando a prática de novos delitos.

Destaque-se, ainda, que os fatos imputados aos indiciados são de extrema gravidade, sendo crimes que revelam uma inversão total dos valores ensinados na formação de um Policial Militar, o que também justifica a custódia cautelar não só como garantia dos princípios da hierarquia e disciplina, mas também **revelam a periculosidade dos agentes, especialmente pela forma como, em tese, ocorreram os fatos, por meio da utilização dos recursos da Corporação, tais como: viatura, armas de fogo, etc., certos da impunidade, evidenciando, portanto, que os mesmos se utilizam da parcela de poder que lhes fora outorgada pelo Estado para, supostamente, cometer arbitrariedades e obter vantagens ilícitas, em vez de cumprir sua missão constitucional de "preservação da ordem pública".**

Ante o exposto, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DOS INDICIADOS ANDRE LUIS MACHADO DA SILVA, CARLOS JORGE GOUVÉIA LUCIANO, DIEGO LEAL PERES, ELDO MARTÍNEZ MOREIRA, EVANDRO VIEIRA DOS SANTOS, GLAUBER FRANCISCO PEREIRA, HENRIQUE PAULO VIEIRA, JOSÉ ROBERTO CORRÊA ROCHA, LEONARDO DOMINGUES, LUIZ CLÁUDIO DE ARAÚJO PEREIRA, LUIZ RAFAEL GUEDES NEVES, MAIKON EWERTON SANTOS DE ALMEIDA, RODRIGO NASCIMENTO DOS SANTOS E UBIRAJARA DA SILVA LOPES, com base no art. 255, a, b e c, do Código de Processo Penal Militar. [...] (fl. 45-47).

Entendo estar não apenas o requerente, mas todos os policiais militares apontados no decreto preventivo, na mesma situação fático-processual dos pacientes, pois a fundamentação da prisão preventiva foi a mesma para todos os denunciados.

À vista do exposto, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, **defiro o pedido de extensão**, em benefício de Andre Luis Machado da Silva, Carlos Jorge Gouvêia Luciano, Eldo Martínez Moreira, Evandro Vieira dos Santos, Glauber Francisco Pereira, Henrique Paulo Vieira, José Roberto Corrêa Rocha, Leonardo Domingues, Luiz Cláudio de Araújo Pereira, Luiz Rafael Guedes Neves, Maikon Ewerton Santos de Almeida e Ubirajara da Silva Lopes, para, à luz das peculiaridades do caso concreto, **conceder a ordem a fim de substituir a prisão preventiva dos denunciados pelas seguintes medidas cautelares:**

- a) comparecimento periódico em juízo, sempre que for intimado para os atos do processo e no prazo e nas condições a serem fixados pelo Juiz, a fim de informar seu endereço e justificar suas atividades;
- b) proibição de manter contato com os corréus ou testemunhas;
- c) proibição de ausentar-se da Comarca, quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- d) recolhimento domiciliar noturno (das 20h de um dia às 6h do dia seguinte);
- e) suspensão do exercício de função pública, **sem prejuízo de imposição de outras medidas que o prudente arbítrio do Juiz natural da causa entender cabíveis e adequadas.**

Alerte-se ao requerente que **a violação das medidas cautelares importará o restabelecimento da prisão preventiva**, que poderá ser novamente aplicada se sobrevier situação que configure a exigência da cautelar mais gravosa.

Comunique-se, com urgência, o interior teor dessa decisão à autoridade coatora e ao juízo singular, para as providências cabíveis.

Publique-se e intinem-se.

Brasília/DF, 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**